

# O novo milagre econômico Brasil

JORNAL DO BRASIL

João Paulo de Almeida Magalhães

**E**M termos econômicos a Nova República começou sob maus auspícios. Enfrentava a maior dívida externa do mundo, a mais alta inflação de nossa história e um processo de desenvolvimento semiparalisado. O país se preparava resignadamente para enfrentar os duros sacrifícios necessários à normalização. De repente as coisas parecem estar se arranjando sem maiores dificuldades: a inflação mensal cai para menos de dois dígitos, o PIB começa a crescer em torno de 5% a.a. e os problemas da dívida parecem menos prementes. Criou-se, em função disso, a impressão de que estamos diante de um novo milagre econômico. Infelizmente, exame mais acurado revela que se trata apenas de falsas melhorias em uma doença tratada à base de paliativos. Concentremos nossa atenção nos casos da inflação e do desenvolvimento.

O aumento de preços se acha estreitamente ligado ao déficit orçamentário que provoca emissão de moeda a jato contínuo. Para eliminá-lo deve-se cortar despesas e/ou elevar receitas. As despesas são de custeio e de investimento. O programa oficial se concentrou essencialmente nestas últimas. Quanto a receitas suplementares, elas podem ser obtidas pelo aumento de tributos ou pela tomada de empréstimos. Com respeito aos impostos o Governo pouco mais fez do que antecipar, por diversas formas, seu recolhimento. Em consequência disso a redução do déficit continuou a depender fortemente do endividamento público, o que se reflete nas elevadas taxas de juros. Suplementarmente se procurou reforçar o combate ao surto inflacionário através do controle de preços.

Quanto ao desenvolvimento, sua retomada exigiu menos do Governo. 'Ela começou no último ano' da administração Figueiredo em consequência do aumento de nossas exportações. O que temos em 1985 é, portanto, o simples prolongamento de tendência anterior.

É fácil provar que as medidas antiinflacionárias acima ou são do tipo "uma vez por todas" (isto é insuscetíveis de serem repetidas), ou de efeitos estritamente provisórios. Na medida em que predomine o primeiro aspecto tudo o

que teremos é uma inflação limitada aos níveis presentes; se o segundo for mais importante, o alívio atual será meramente provisório.

Dificilmente se poderá cortar ainda mais os investimentos, tendo pois se esgotado os efeitos positivos desse instrumento. Mais grave ainda é que em muitos casos seus níveis anteriores deverão ser retomados reconstituindo-se seu impacto inflacionário. A antecipação de tributos tem efeito apenas no momento em que é adotada. Além disso o tributo recolhido hoje deixará de ser arrecadado amanhã, recompondo-se a pressão inflacionária anterior. Se o controle de preços compensa apenas elevações injustificadas, ele tem impacto permanente, embora momentâneo. Se contudo, como é certamente o caso nos serviços públicos, as tarifas são artificialmente contidas, o impacto será provisório dada a necessidade de se reconstituir, mais cedo ou mais tarde, os níveis anteriores.

Mais grave, porém, é o problema do desenvolvimento. Os juros reais permanecem ao nível de 30% a.a. Como nenhum investimento apresenta rentabilidade desse nível eles deixam de ser feitos no setor privado. No setor público eles foram, como vimos, drasticamente reduzidos pelo corte de despesas e pelo congelamento de tarifas. De tudo isso se infere que o atual incremento do PIB está ocorrendo com base no aproveitamento da capacidade ociosa. Como esta se situa em torno de 20% a 25% tal expansão poderá se prolongar por 2 ou 3 anos. O desenvolvimento posterior dependerá, contudo, de novos investimentos, cuja maturação é de 3 a 4 anos.

Em suma: a menos que se vá além dos paliativos atuais no ataque aos nossos problemas econômicos, o melhor que se pode esperar para o país, neste e nos próximos anos, é uma inflação estabilizada entre 220% e 240% e uma elevação do PIB durante três anos, seguidas de quatro anos de recessão e de uma quase inevitável reaceleração do surto inflacionário. Ou seja, na República Nova como na Velha os milagres econômicos continuam a ser impossíveis.